

O TRABALHO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: DA TEORIA À PRÁTICA NO CENTRO EDUCACIONAL JABUTI

Moatan Ribeiro Pinhal¹, Marina Costa Machado Colombo²

RESUMO

Este trabalho apresenta a experiência do Centro Educacional Jabuti, Organização da Sociedade Civil localizada em Jundiapéba, Mogi das Cruzes-SP, que há 19 anos atua com crianças e adolescentes, integrando natureza, arte e cultura. O foco recai sobre a Educação de Base Coletiva e Socioambiental (EBCS), metodologia autoral construída pela instituição e fundamentada na educação ambiental crítica, nos princípios freireanos e na pedagogia participativa. Desenvolvida em quatro dimensões: indivíduo, grupo, espaço e território, a metodologia articula teoria e prática na formação de sujeitos autônomos, críticos e corresponsáveis pelo cuidado do território que habitam. O trabalho ocorre em contexto de vulnerabilidade social e exclusão territorial, e busca enfrentar o racismo ambiental por meio da formação de vínculos, da aprendizagem significativa e da ação coletiva. Os resultados alcançados ao longo de 13 anos demonstram impactos estruturais, socioeducacionais e comunitários, como a criação de tecnologias socioambientais e formação de agentes multiplicadores com protagonismo infantojuvenil.

Palavras-chave: Educação ambiental crítica. Territórios periféricos. Protagonismo infantojuvenil. Racismo ambiental. Práticas docentes transformadoras.

1. INTRODUÇÃO

Discutir meio ambiente em territórios periféricos é um exercício de complexidade e urgência. Nesses espaços, frequentemente marcados pela ausência de áreas verdes, saneamento precário e poluição, o “meio ambiente” parece inexistente — ou, mais precisamente, invisibilizado por uma lógica urbana excludente. Essa invisibilidade é expressão do racismo ambiental, conceito que denuncia como populações negras, indígenas e pobres são desproporcionalmente afetadas por riscos e danos ambientais, enquanto são privadas de acesso a condições ecológicas saudáveis (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

Nesse cenário, a educação ambiental crítica, conforme propõe Philippe Pomier Layrargues (2002; 2017), apresenta-se como uma perspectiva emancipatória, que reconhece os conflitos socioambientais e questiona o modelo de desenvolvimento hegemônico. Ao contrário de

¹ Biólogo de formação, professor, assessor estratégico e educador socioambiental na Organização da Sociedade Civil (OSC) Centro Educacional Jabuti (CEJA), Mogi das Cruzes-SP

² Assistente Social de formação, educadora socioemocional, facilitadora e técnica responsável pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Organização da Sociedade Civil (OSC) Centro Educacional Jabuti (CEJA), Mogi das Cruzes-SP.

abordagens comportamentais e adaptativas, essa vertente entende o ambiente como espaço de disputa política e simbólica, defendendo a formação de sujeitos capazes de intervir nos processos de transformação social (Layrargues; Lima, 2011).

Assim, atuar com educação ambiental em contextos periféricos requer uma pedagogia da criticidade — comprometida com a leitura do território, com a denúncia das injustiças ambientais e com o fortalecimento das comunidades locais como protagonistas da mudança. Em suma, pensar criticamente o meio ambiente nesses espaços é reconhecer que não há crise ecológica separada da crise social.

2. CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO

O Centro Educacional Jabuti³ é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), fundada há 19 anos em Jundiapéba, Mogi das Cruzes-SP, com a missão de trabalhar com crianças e adolescentes para que eles se tornem transformadores de sua realidade social. Atualmente, a instituição mantém duas escolas de Educação Infantil e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que atende crianças e adolescentes de 6 a 17 anos pela política de assistência social. As equipes são multiprofissionais e contam com funções operacionais, administrativas e diversos profissionais com formações culturais, artísticas e técnicas.

Desde sua fundação, o Jabuti, como é conhecida a OSC, tem como eixos estruturantes de seu trabalho a educação transformadora, a natureza, a arte e a cultura. Há 13 anos investe em Educação Socioambiental, articulando as políticas públicas de atuação da organização (Educação e Assistência Social), construindo coletivamente o espaço do Núcleo Socioambiental, através de experiências compartilhadas, participação ativa, reflexões críticas, ampliação de repertório e acesso à alimento de verdade, fortalecendo valores como corresponsabilidade, autonomia e cooperação, onde as crianças e adolescentes assumem papel de multiplicadores e protagonistas do processo. O trabalho é realizado, principalmente, junto do SCFV, que conta com cerca de 100 crianças e adolescentes, guiados pelo educador ambiental.

3. CONTEXTO DO TERRITÓRIO⁴ DE ATUAÇÃO

³ Acesse o site da organização pelo <https://www.jabuti.org.br/>

⁴ Em Mogi das Cruzes, Jundiapéba é o nome do distrito e também do bairro. A OSC está localizada no bairro de Jundiapéba, mas as crianças e adolescentes que compõe o trabalho vem de outros 2 bairros do distrito: Nova Jundiapéba e Chácara Santo Angelo. Com exceção deste último, estamos falando de contexto de periferia urbana. Por questões conceituais, quando citarmos no contexto do presente artigo a palavra “território” estaremos falando da junção destes 3 bairros.

O território onde o trabalho de Educação Socioambiental acontece tem um largo histórico de exclusão da população vulnerável e exploração dos recursos naturais por grandes corporações, inclusive extrativistas.

Segundo o jornal do Projeto Que É Que Meu Bairro Tem (1986), a história de Jundiapéba inicia-se como Chácara Santo Ângelo, devido à Capela Santo Ângelo, construída pelos padres carmelitas, em 1709 - e que ainda pode ser encontrada conservada na região. No início do século XX, o bairro recebeu linhas ferroviárias para ser trajeto de escoamento e distribuição da produção entre o interior do país e as cidades portuárias do Estado de São Paulo. Foi, entretanto, em 1928, com a inauguração do “Sanatório Santo Ângelo”⁵, o primeiro Hospital para isolamento e institucionalização compulsória de pessoas com hanseníase (Antonacci, apud Paz Santana, 2006), que o bairro passou a ser um território discriminado e excluído, por ter sido ocupado pelas famílias dos internos - o que, conseqüentemente estigmatizou por muito tempo o local e as pessoas que residiam ali.

O jornal ainda descreve que ao longo dos anos 40, a população residente se mobilizou para alterar o estigma e o preconceito imbuídos com relação ao nome do bairro e, com a força popular, a Chácara Santo Ângelo passou a ser chamado de Jundiapéba - uma junção entre os nomes dos rios que perpassam o território, o *Rio Tayaçupeba* e o *Rio Jundiay*.

Entretanto, apesar da redução de parte do estereótipo relacionado à doença, o território seguiu sendo um local periférico urbano e excluído, concentrando um grande número das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza do município. Ainda hoje, segundo os dados da Vigilância Socioassistencial⁶ (Mogi das Cruzes, 2024), os 3 bairros do território abarcado no presente artigo concentram cerca de 18% da população em extrema pobreza e 21% das pessoas em situação de pobreza de todo o município de Mogi das Cruzes. Soma-se a isso, ainda segundo dados da Vigilância Socioassistencial, a lacuna acentuada onde cerca de 23% da população do território não era alfabetizada em 2021, - um índice muito acima dos 7% de média nacional, segundo dados do Censo 2022 do IBGE.

Além do impacto socioeconômico ao longo dos anos, o contexto da região também é uma problemática acentuada à população. A instalação de uma empresa de extração de areia gerou esterilização das jazidas, áreas verdes degradadas, exaustão das reservas locais, até estudos que comprovariam “espécies químicas dissolvidas na água”, segundo ata de audiência pública (São Paulo, 2004).

⁵ Em meados da década de 80, o Hospital Santo Ângelo, conhecido como Sanatório, foi renomeado para Hospital Doutor Arnaldo Pezzuti Cavalcanti.

⁶ Disponíveis através do VISUAS (Visor do SUAS), da Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Olhando para esse contexto, afirma-se que as crianças e adolescentes que fazem parte do processo de educação ambiental vivenciam graves e históricas situações de violência, insegurança alimentar, ciclos intergeracionais de baixa escolaridade e impactos ambientais graves - o que escancara o racismo ambiental, se expressa na falta de áreas verdes, na exposição da população a riscos ambientais e na desconexão com a alimentação saudável, gerando consequências que afetam de forma intensa as periferias, a população negra e, sobretudo, crianças e adolescentes, e revela a importância de enfrentar os impactos socioambientais nesses territórios passa necessariamente pela formação crítica durante a infância e adolescência.

4. A METODOLOGIA DO TRABALHO E O CICLO DE ATIVIDADES - A EBCS⁷

4.1 DIMENSÃO TEÓRICA- POLÍTICA DA METODOLOGIA

“Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Pai, me ensina a olhar !” (Galeano, in Rocha, 2004)

“Se um educador escuta “me ajuda a olhar”, seja através da fala, dos olhos, das mãos, do corpo, do sonho, do choro, da alegria, ele deve sempre responder com um “me ensina o que você viu!” (Rocha, 2004)

Uma citação muito conhecida de Paulo Freire (1989) vai dizer que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Essa, junto à citação de Eduardo Galeano e de Tião Rocha, sugere que aprender não se reduz ao acúmulo de informações, mas à possibilidade de ver o mundo de forma renovada, ampliando sentidos e percepções, de que é preciso ler a realidade concreta, a partir dos contextos e das vivências que estruturam a experiência humana. É neste horizonte que a metodologia EBCS se insere e se sustenta.

O nome EBCS é a sigla para Educação de Base Coletiva e Socioambiental e tem um caráter **autoral** - a prática da educação socioambiental no Jabuti acontece desde 2013, mas foi recentemente sistematizada pelos presentes autores, de forma que pudesse ser multiplicada e apropriada por outras organizações, pessoas, comunidades e coletivos.

A terminologia surgiu inspirada pelo termo de Turismo de Base Comunitária (TBC). Segundo Irving (2009, p. 110), poderíamos considerar o TBC dentro de uma “concepção e desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a

⁷ Pode-se conferir um vídeo explicativo da metodologia e os resultados através do link <https://www.youtube.com/watch?v=hGbbc-6lZZ4>.

variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento.”. Trazendo isso para nosso contexto de educação ambiental, destacamos essa ideia de conceber estratégias, planejar e agir dentro das realidades comunitárias e dos territórios onde estamos, com os conhecimentos locais e tradicionais das pessoas que vivem ali, vislumbrando decisões e construções coletivas que fazem sentido no contexto local - que reitera as citações de Paulo Freire, Tião Rocha e Eduardo Galeano.

4.2 DETALHAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia do trabalho com a EBCS no Jabuti é transdisciplinar e está estruturada em quatro dimensões de impacto: indivíduo, grupo, espaço e território. Embora essa divisão facilite a compreensão e sistematização dos processos metodológicos, é fundamental reconhecer que o indivíduo não pode ser separado de seu meio, estabelecendo uma relação de interdependência entre todas as dimensões citadas. Por isso, ela foi desenvolvida considerando essa perspectiva integrada, utilizando as dimensões como ferramenta organizacional sem perder de vista a conexão intrínseca entre elas. O papel central das crianças e adolescentes como protagonistas e o educador como tutor do processo, que traz o contorno necessário ao trabalho coletivo, com o conhecimento técnico e a mediação das estruturas *suleadoras*⁸ que conectam as pessoas (sejam elas relacionais, físicas ou ambientais).

Numa breve descrição, as dimensões abarcam, essencialmente, as seguintes características:

a) Dimensão de impacto no Indivíduo - aprendizagem significativa, proteção social e acesso à renda; b) Dimensão de impacto no Grupo - trabalho colaborativo e ampliação de perspectivas; c) Dimensão de impacto no Espaço - transformação estrutural do espaço, integração de saberes comunitários e técnicos e construção coletiva; e d) Dimensão de impacto no Território - tecnologias replicáveis e formação socioambiental;

4.2.1 A DIMENSÃO DO INDIVÍDUO, DO GRUPO E DO ESPAÇO⁹

A sistematização da metodologia adotada para o desenvolvimento das atividades está estruturada em fases interligadas e cíclicas, de modo a garantir a participação ativa das crianças e adolescentes, incentivando a autonomia, a aprendizagem significativa, a reflexão crítica e o trabalho coletivo e colaborativo.

Desta forma, o processo inicia-se com o (1) com rodas de conversa, geralmente conduzidas pelo educador ambiental, desenroladas a partir da (2) reflexão crítica, provocando conexões com a

⁸ A palavra “Suleadora” foi escolhida de forma autônoma pelos autores do presente artigo, como uma forma de provocação e contraposição à palavra “norteadora”, considerada eurocentrada e colonialista.

⁹ Nas descrições dos itens 4.2.1 e 4.2.2, os números correspondem às fases de execução que compõem a metodologia.

realidade e o conhecimento local. No processo de realização da oficina no Núcleo Ambiental¹⁰, (3) organizam-se as prioridades para o trabalho conjunto e dividem-se as tarefas. É neste momento que acontece a (4) construção das tecnologias socioambientais e a manutenção do espaço, (5) com vivências e muito trabalho coletivo. O processo se encerra com a (6) partilha dos aprendizados do dia ou da atividade.

Um breve ponto interessante a se destacar neste momento, é que o investimento para execução das atividades pode ser considerado de baixo custo por envolver e priorizar a reutilização, reconstrução e restauração de materiais encontrados em pontos de descarte, cooperativas de reciclagem e ferro velho, por exemplo, como é o caso de madeiras de *pallets*. As crianças e adolescentes se organizam para cortar, lixar, pregar, construir, instalar, etc, aplicando os materiais no espaço do Núcleo Socioambiental. Esse processo trabalha o pensamento crítico, resolução de problemas, criatividade, pertencimento, capacidade de planejamento, trabalho em equipe, cooperação, participação social, protagonismo juvenil, consciência socioambiental, entre outras.

Quando os recursos possibilitam, acontecem as vivências externas em espaços de referência de educação socioambiental, que ampliam o repertório e a conexão das crianças e dos adolescentes com a natureza. As atividades se potencializam por meio das decisões e ações coletivas, que são organizados de forma colaborativa entre crianças, equipe, comunidade, através de assembleias, rodas de conversas e reuniões - esses pontos geralmente acontecem sob demanda, quando há algum assunto ou problemática que precisa ser resolvida no coletivo.

Paralelamente, desenvolvem-se formações com educadoras e educadores por meio de vivências externas e capacitações internas e externas, algumas viabilizadas através de parcerias institucionais estratégicas. O objetivo é ampliar o impacto das ações pedagógicas e consolidar o contato com a natureza como base fundamental do trabalho educacional da organização. Essas parcerias são mobilizadas para assegurar a continuidade e o enraizamento das ações no território, indo além do aporte financeiro e abrangendo intercâmbio técnico, capacitação de equipes e desenvolvimento conjunto de soluções inovadoras.

4.2.2 DIMENSÃO DO TERRITÓRIO

A última dimensão está em construção. Nosso objetivo é consolidar um programa de formação de Agentes Multiplicadores no território, que estrutura-se a partir (1) da seleção de adolescentes para integrar um (2) processo formativo com vistas à atuação como educadores socioambientais, considerando a preparação e fundamentação teórico-prática para se tornarem os

¹⁰ Localizado na Escola de Educação Infantil Jabuti, CEIM Geraldina Porto Witter Profª, na Rua Pedro Paulo dos Santos, 2581 - Jundiapéba, Mogi das Cruzes, SP.

Agentes Multiplicadores. Esses adolescentes, acompanhados pelo educador socioambiental, (3) organizariam roteiros educacionais, envolvendo os painéis educativos - já em construção - desenhados pelas crianças e adolescentes. A partir de (4) articulações com escolas e instituições locais, os adolescentes (5) facilitariam encontros com esses grupos, fortalecendo seu protagonismo juvenil e a disseminação das possibilidades de incidência socioambiental nos pequenos espaços institucionais daqueles que nos visitam. Para isso, receberiam bolsas com incentivo financeiro, garantindo acesso à renda e permanência no programa de formação dos Agentes Multiplicadores, promovendo proteção social, impacto socioambiental no território e uma possível redução no trabalho infantil e envolvimento com a ilegalidade.

4.3 O PAPEL DO EDUCADOR E DA EDUCADORA NO EBCS

A atuação da pessoa educadora encontra, na Educação de Base Coletiva e Socioambiental (EBCS), um campo de permanente construção e diálogo. Mais do que transmissor de conteúdos, o educador ou a educadora assume o papel de mediador crítico entre o conhecimento técnico e o saber popular, entre o planejamento institucional e as realidades concretas do território. Seu trabalho parte do reconhecimento de que ensinar é um ato político e que todo processo educativo é também um processo de leitura e transformação do mundo (FREIRE, 1989).

Nesse sentido, o papel do educador ambiental na metodologia EBCS é o de tutor dos processos coletivos e suleador das práticas transformadoras, garantindo o contorno ético e reflexivo das ações. Ele ou ela atua na escuta sensível das crianças, adolescentes e comunidades, promovendo espaços de partilha e construção coletiva de saberes. Assim como na metáfora proposta por Galeano e Rocha, o educador é aquele que ensina a olhar e, simultaneamente, se deixa ensinar pelo olhar do outro — num movimento dialógico em que todos aprendem, se reconhecem e se transformam.

Inspirado na educação ambiental crítica (Layrargues, 2002; 2017), o educador não se limita à sensibilização ecológica, mas problematiza as causas estruturais da desigualdade ambiental e social. Sua atuação é política, porque questiona os mecanismos de exclusão que determinam quem tem acesso a um ambiente saudável e quem vive em condições de degradação. Ao mesmo tempo, é afetiva e situada, pois reconhece que o pertencimento e o cuidado com o território só emergem quando há vínculos, memória e sentido coletivo.

No processo pedagógico da EBCS, o educador é também tecelão de relações: articula as dimensões do indivíduo, do grupo, do espaço e do território, garantindo a coerência entre elas. Na dimensão do indivíduo, acompanha o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, fortalecendo sua autonomia e autoestima. Na dimensão do grupo, promove o diálogo, a cooperação e o trabalho coletivo. Na dimensão do espaço, estimula a leitura crítica e a transformação do

ambiente, convertendo o Núcleo Socioambiental em um território de aprendizagens concretas. E, na dimensão do território, contribui para a formação dos agentes multiplicadores, ampliando o impacto da educação socioambiental na comunidade.

Como aponta Layrargues (2017), a educação ambiental crítica requer um educador capaz de ler o conflito, compreender a complexidade e promover a participação política. No contexto do Jabuti, isso significa articular teoria e prática para fortalecer a autonomia comunitária, valorizar saberes locais e denunciar as injustiças ambientais que atravessam o território. O educador é, portanto, sujeito de um processo de formação recíproca, em que também se educa enquanto educa, construindo caminhos coletivos para a emancipação humana e ambiental.

Nesse horizonte, ser educador ou educadora na EBCS é assumir o compromisso freireano de “esperançar”: semear criticidade, solidariedade e encantamento pelo mundo, reconhecendo que cada gesto educativo carrega o potencial de transformar não apenas o olhar, mas a própria realidade.

5. RESULTADOS DO TRABALHO

Como este trabalho é desenvolvido há 13 anos, os resultados aqui compilados estão divididos em dois blocos: impactos estruturais; socioeducacionais e comunitários.

5.1 IMPACTOS ESTRUTURAIS

Os impactos estruturais foram observados diretamente na organização e no espaço do Núcleo Socioambiental, ou seja, esses resultados são observáveis por suas mudanças no espaço físico onde é trabalhado a educação socioambiental.

Atualmente o espaço do Núcleo conta com: 1 sistema de captação de chuva com cisterna de 1.100 litros; 10 canteiros educativos de policultivo em “altura montessoriana”¹¹; 1 meliponário educativo com 6 caixas de abelhas nativas de 4 espécies diferentes; 1 sistema agroflorestal integrado a um espaço de farmácia viva; 1 composteira com capacidade de processar 1,5 tonelada de resíduos orgânicos; 1 minhocário; 5 painéis educativos socioambientais produzidos por crianças e adolescentes em oficinas de arte urbana; além de 40 árvores frutíferas plantadas coletivamente no Festival de Agrofloresta, que contou com a participação de 47 pessoas da comunidade.

5.2 IMPACTOS SOCIOEDUCACIONAIS E COMUNITÁRIOS

¹¹ Segundo a Pedagogia Montessoriana, espaços e objetos concebidos para se adaptar a uma altura acessível à criança, especialmente em uma espaço de educação infantil, incentivam a sua utilização, preservando a autonomia da criança no seu processo de aprendizagem (Barbosa et al., 2023). Neste caso, o termo “altura montessoriana” foi utilizado para designar a intencionalidade pedagógica do tamanho dos canteiros de policultivo.

Impactos socioeducacionais são monitorados de forma sistemática desde janeiro de 2021, por meio de registros próprios, prontuário eletrônico e acompanhamento de projetos. No período que vai de 04/01/2021 à 21/08/2025, foram realizadas mais de 900 horas de oficinas de educação socioambiental (1h cada, 4 por dia, 1 vez por semana), sendo um total de 281 crianças e adolescentes (6 a 17 anos) frequentaram as oficinas de forma contínua, com permanência média de 2 anos.

Além disso, foram aplicadas 192 horas de oficinas que integraram 288 crianças na primeira infância e 38 profissionais da educação infantil. Este processo foi desenvolvido para contar com 8h semanais, por um período de 6 meses. Também foram realizados 2 encontros formativos em OTE's (Organização do Trabalho Escolar) sobre a aplicação e o papel da educação socioambiental na educação infantil. Três educadoras das nossas escolas, que hoje atuam na educação infantil, foram adolescentes participantes que participaram do Serviço de Convivência e das oficinas de educação socioambiental.

Outros resultados incluem ainda: a conquista de 2 projetos na área socioambiental, 1 na área de segurança alimentar; a inserção internacional de 5 crianças e adolescentes no Programa Sino-Brasileiro de Educação e Natureza do Instituto Ecofuturo; e a realização do primeiro Festival de Agrofloresta da região, realizado em 2023, que reuniu mais de 50 pessoas da comunidade, famílias, crianças e adolescentes e que promoveu o plantio de 40 árvores frutíferas, oficinas abertas, diálogos sobre sustentabilidade e agroecologia, e a apresentação do espaço construído coletivamente.

6. CONCLUSÃO

A experiência desenvolvida pelo Centro Educacional Jabuti através de sua prática, reafirma que a educação ambiental crítica é, antes de tudo, um ato político, pedagógico e comunitário. A metodologia EBCS demonstra que a formação de sujeitos ecológicos e socialmente engajados requer práticas educativas situadas, participativas e transdisciplinares, capazes de integrar saberes locais e científicos, afetos e ações, espaços educativos e territórios de vida. No contexto de Jundiapéba, marcado por desigualdades históricas e pela expressão do racismo ambiental, o trabalho do Jabuti traduz a pedagogia freireana em prática viva, onde o educador é mediador e aprendiz, e as crianças e adolescentes se tornam protagonistas da transformação de seus espaços.

Trazer a educação ambiental crítica, traduzida para a prática através da metodologia do EBCS, portanto, significa compartilhar um exemplo de como a educação pode ser instrumento de resistência e esperança, promovendo justiça socioambiental e inspirando práticas docentes comprometidas com a vida e com a sustentabilidade dos territórios, respeitando e valorizando a

história dos sujeitos e do território. A EBCS mostra que, quando as pessoas docentes se abrem ao diálogo com a comunidade e utilizam a natureza como sua mestra - e não apenas como ferramenta ou como produto a ser consumido e utilizado -, o aprender ganha sentido, o pertencimento se fortalece e a transformação se torna coletiva.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. *O que é racismo ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sga/wp-content/uploads/2022/09/O-que-e-racismo-ambiental.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- GALEANO, E. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: resultados gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023–2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 17 out. 2025.
- IRVING, M. A. Turismo de base comunitária: reflexões e experiências brasileiras. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 109–126, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/7342>. Acesso em: 17 out. 2025.
- LAYRARGUES, P. P. *Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social*. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585046>. Acesso em: 17 out. 2025.
- LAYRARGUES, P. P. A educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 71–93.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macro-tendências da educação ambiental brasileira. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 13–24, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9706>. Acesso em: 17 out. 2025.
- MOGI DAS CRUZES (Município). SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Relatório da Vigilância Socioassistencial: indicadores de pobreza e vulnerabilidade social – 2024*. Mogi das Cruzes, 2024. [Relatório institucional].
- PAZ SANTANA, J. R. (org.). *História e memória dos bairros de Mogi das Cruzes*. Mogi das Cruzes: PUC-SP, 2006.
- PROJETO *Que é que meu bairro tem*. *Jornal Que é que meu bairro tem*, Mogi das Cruzes, 1986. [Publicação comunitária].

ROCHA, T. *Pedagogia do encantamento*. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão/UFMG, 2004.

SÃO PAULO (Estado). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Ata da Audiência Pública referente à extração mineral na região de Jundiapéba (Mogi das Cruzes)*. São Paulo, 2004. [Documento oficial]

CONGRESSO INTERNACIONAL